

**Políticas públicas em educação financeira em Portugal e no Brasil:  
uma comparação com dados do PISA (2022)**

*Public policies on financial education in Portugal and Brazil:  
a comparison with PISA (2022)*

Sérgio Alex Sander SILVA<sup>1</sup>  
Douglas MARIN<sup>2</sup>  
Arlindo José SOUZA JUNIOR<sup>3</sup>

### Resumo

Este estudo busca analisar como Brasil e Portugal têm tratado a Educação Financeira no âmbito de suas políticas públicas e quais resultados foram obtidos na avaliação internacional do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em sua edição de 2022. Fundamentada em uma metodologia qualitativa e investigativa, a apreciação documental abrange registros oficiais dos governos, informes de entidades globais e dados numéricos atualizados. Os resultados apontam as diferenças estruturais nas estratégias adotadas por cada país, bem como indicativos relevantes sobre a literacia financeira, ou seja, o nível de alfabetização financeira de seus estudantes. Conclui-se que o fortalecimento de políticas públicas voltadas à educação financeira é essencial para o desenvolvimento de uma sociedade mais consciente e preparada economicamente.

**Palavras-chave:** Educação Financeira. Políticas públicas. Literacia financeira. PISA 2022. Brasil e Portugal.

### Abstract

This study analyzes how Brazil and Portugal have addressed financial education within their public policies and the results obtained in the 2022 edition of the Program for International Student Assessment (PISA) conducted by the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD). Based on a qualitative and investigative methodology, the documentary analysis encompasses official government records, reports from global organizations, and updated numerical data. The results highlight structural differences in the strategies adopted by each country, as well as relevant indicators regarding financial literacy, that is, the level of financial literacy of

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação na linha de Ciências e Matemática - (PPGED), Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: sergiaomatematica@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Professor doutor do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECM) na Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: douglasmarin@ufu.br

<sup>3</sup> Professor doutor do Programa de Pós-Graduação na linha de Ciências e Matemática (PPGED) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECM) ambos na Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: arlindoufu@gmail.com

their students. The conclusion is that strengthening public policies focused on financial education is essential for the development of a more economically aware and prepared society.

**Keywords:** Financial Education. Public policies. Financial Literacy. PISA 2022. Brazil and Portugal.

## Introdução

Nas últimas décadas, a Educação Financeira tem se consolidado como uma temática de crescente relevância em contextos globais, especialmente em virtude de seu papel na capacitação dos indivíduos para a gestão responsável dos recursos financeiros e na promoção de maior equidade socioeconômica.

Em sociedades permeadas por sistemas financeiros complexos, o domínio de noções básicas sobre finanças pessoais tornou-se fundamental para o exercício pleno da cidadania. Ainda que existam raríssimas populações que vivam à margem das dinâmicas econômicas globais, a grande maioria das pessoas está inserida em contextos nos quais o dinheiro influencia, de maneira direta ou indireta, decisões cotidianas e escolhas de longo prazo.

Nesse cenário, aspectos como o planejamento financeiro, o controle de gastos, o hábito da poupança e a capacidade de investimento passam a ser considerados competências essenciais para o bem-estar individual e coletivo. Dessa forma, a Educação Financeira ganha espaço em debates sobre políticas públicas, sendo reconhecida como uma estratégia relevante para o enfrentamento das desigualdades sociais e a promoção de condições mais justas de acesso a oportunidades econômicas. Segundo Escobar (2025):

É necessário reconhecer que a educação financeira não é uma solução mágica nem imediata, mas sim uma construção contínua que deve ser incentivada desde os primeiros anos de escolarização e mantida ao longo da vida adulta, atualizando-se conforme as demandas sociais e as inovações do mercado, e nesse sentido, os seguros devem ser tratados como parte integrante da formação econômica do cidadão, ao lado de temas como poupança, crédito, investimentos e aposentadoria. (Escobar, 2025, p.16)

Portanto, a educação financeira deve ser compreendida como um processo contínuo e estratégico, que vai além da simples transmissão de conceitos sobre dinheiro. Ela busca formar cidadãos capazes de tomar decisões conscientes sobre suas finanças,

administrar recursos de forma eficiente e se preparar para imprevistos e oportunidades ao longo da vida, contribuindo assim para maior autonomia econômica e inclusão social. De acordo com Mota, Gatto, Medeiros, (2023):

O termo "alfabetização financeira", que em inglês é traduzido como "financial literacy", não possui uma definição única e simples na literatura. Ele abrange um amplo conjunto de aspectos, desde o entendimento de conceitos financeiros chave, habilidades e confiança na gestão das finanças pessoais, até um comportamento eficaz com decisões de curto prazo e planejamento financeiro de longo prazo que permitam a sustentabilidade financeira ao longo da vida diante das mudanças econômica. (Mota, Gatto, Medeiros, 2023, p.199)

Nos sistemas educacionais, a literacia financeira, que é entendida como o grau de conhecimento sobre finanças ou alfabetização financeira, vem sendo incorporada de forma gradual em políticas e programas escolares. Para Carmo e Tinti (2024):

A Literacia Financeira envolve tanto o conhecimento de conceitos financeiros básicos, como juros, poupança, investimentos e créditos, quanto a aplicação prática desse conhecimento para melhorar o bem-estar financeiro e econômico individual e familiar. A Literacia Financeira é, portanto, fundamental para a segurança econômica. (Carmo, Tinti, 2024, p.4)

Duarte (2018) aponta que, no caso português, embora haja avanços na inclusão do tema no currículo, ainda existem desafios, como a formação insuficiente de professores e a falta de integração entre os diferentes níveis de ensino.

Hoje em dia, a literacia financeira exprime um quadro significativo onde se questiona o papel do Sistema Financeiro Português. Alguns organismos públicos e privados têm demonstrado preocupação face a esta problemática e, por isso, nos últimos anos, temos assistido a algumas iniciativas na área da Educação, na legislação portuguesa e projetos de sensibilização, com vista a educar a população nesta área. (Duarte 2018 p.1)

Neste sentido, Kistemann Jr., Giordano e Souza (2023), há uma conexão entre a Literacia Financeira e a capacidade de planejamento para o futuro, destacando como a Educação Financeira nos currículos escolares pode preparar melhor os jovens para desafios econômicos futuros. Isso possibilita que as pessoas façam escolhas que minimizem os riscos financeiros e maximizem a saúde econômica em contextos variados, inclusive em face de crises econômicas globais.

De forma semelhante, no Brasil, apesar da presença da educação financeira na Base Nacional Comum Curricular, ainda há dificuldades para garantir sua aplicação efetiva e contínua, o que limita seu potencial para promover maior autonomia e inclusão financeira.

Considerando essa realidade, o presente estudo é parte de uma investigação mais ampla que tem como propósito contribuir com a produção de conhecimento no campo da Educação Financeira. Para isso, optou-se por uma abordagem qualitativa, de natureza interpretativa, que valoriza a compreensão dos contextos educacionais e sociais nos quais se inserem as políticas públicas voltadas à literacia financeira.

A pesquisa qualitativa permite captar nuances, significados e intencionalidades das ações governamentais, bem como perceber como essas políticas são efetivamente implementadas e percebidas pelos diferentes atores envolvidos. Ao focar em aspectos qualitativos, é possível ir além de dados estatísticos e quantitativos, aprofundando a análise crítica sobre os fatores culturais, institucionais e pedagógicos que influenciam os resultados observados.

Este texto tem a finalidade de analisar como Brasil e Portugal têm tratado a Educação Financeira no âmbito de suas políticas públicas e quais resultados foram obtidos na avaliação internacional do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2022.

A escolha desses dois países permite uma comparação entre realidades distintas, mas igualmente marcadas por esforços institucionais de promoção da literacia financeira nas escolas, contribuindo para reflexões relevantes no campo educacional.

Deste modo, o texto que compõe o presente artigo foi organizado pelos seguintes tópicos, que sucedem essa introdução: Projetos e programas no Brasil e Portugal; Aspectos da literacia financeira em Portugal; Contribuição do PISA (2022) para o fortalecimento da Educação Financeira na formação de jovens brasileiros; Reflexões sobre a literacia financeira e as estratégias educacionais no Brasil e em Portugal no PISA (2022); Uma análise comparativa a partir dos dados do PISA (2022) sobre a literacia financeira no Brasil e em Portugal; e, as Considerações finais.

## Projetos e programas no Brasil e Portugal

A OCDE, entende que a Educação Financeira é muito importante para o bem-estar individual e social, e pode contribuir para a estabilidade econômica e com isso, a redução da desigualdade social.

A Rede Internacional sobre Educação Financeira (INFE) é uma plataforma global que reúne países membros do mundo todo, criada em 2008 pela OCDE. Sua missão é ensinar sobre dinheiro, coletar dados e criar pesquisas e regras, facilitando a colaboração entre governos e instituições financeiras interessadas a iniciativas sobre esse tema.

Nesse sentido, um estudo da OCDE/INFE em 2020, aponta que quase metade dos adultos não possui boa compreensão de conceitos financeiros básicos.

Embora os números globais sejam baixos, o problema é mais grave em algumas partes da sociedade do que em outras, sendo os mais vulneráveis afetados desproporcionalmente. Grupos de baixos rendimentos, por exemplo, assim como mulheres, jovens e idosos, tendem a apresentar pontuações mais baixas do que o resto da população no que diz respeito ao conhecimento financeiro. (Comissão Europeia, 2020, p 2)

A importância da Educação Financeira tem ganhado cada vez mais destaque em todo o mundo. Em Portugal, o lançamento do Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF) em 2011, tem objetivo de "elevar o nível de conhecimentos financeiros da população e promover a adoção de atitudes e comportamentos financeiros adequados" (Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, 2011, p. 10). No entanto, o Relatório do Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa de 2020, mostra que "os conhecimentos sobre conceitos financeiros e sobre fontes de informação revelaram-se também insuficientes" entre a população portuguesa (Banco de Portugal, 2020, p. 12).

O governo português juntamente com algumas instituições financeiras, tem disponibilizado cadernos de Educação Financeira para escolas em Portugal, voltados a apoiar alunos e professores nesse tema que servem de apoio para atividades curriculares de aprendizagem desde 2013.

Neste contexto, percebe-se que as pessoas tenham uma Educação Financeira de forma institucional, abordando temas como a literacia financeira e educação para o consumo, que estão entre as alternativas para que os indivíduos possam ter escolhas

financeiras melhores, buscando entender mais sobre o comportamento financeiro enquanto consumidor consciente (Educação para a Cidadania, 2013).

Nessa perspectiva, o governo português lançou dois documentos que tratam sobre educação financeira e educação do consumidor, conforme a Figura 1.

**Figura 1:** Cadernos de Educação Financeira Portugueses



*Referencial de Educação Financeira*

*Referencial de Educação do Consumidor*

Fonte: Educação para a Cidadania (2013)

No Brasil, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), estabelecida por meio do Decreto nº 7.397, em dezembro de 2010, surgiu com o propósito de abordar a Educação Financeira, impulsionada pelas políticas de inclusão social no Brasil. Para coordenar essas ações foi criado o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF).

A partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), ficou estabelecida que Educação Financeira passa a ser obrigatória nas escolas. Uma das metas está em fazer com que crianças e jovens entendam a importância de administrar o dinheiro de forma responsável, incentivando-os a discutir o tema em casa com seus familiares. Segundo Giordano, Assis, Coutinho (2019):

A proposta da ENEF nas escolas (BRASIL, 2011) teve como principal objetivo a educação das crianças e adolescentes, orientando-os ao uso consciente do dinheiro, cultivando hábitos e comportamentos mais adequados para a sua saúde financeira e bem-estar social. Tal proposta parte do pressuposto que indivíduos educados financeiramente podem contribuir de modo mais efetivo para a formação de uma sociedade mais responsável e comprometida com o futuro. (Giordano, Assis, Coutinho 2019, p.3)

Para alcançar esse objetivo, uma das ações do Ministério da Educação (MEC), foi a distribuição de material didático sobre essa temática para estudantes e professores. O tema foi distribuído em algumas disciplinas para aplicação em sala, como na Matemática, Ciências, História, Geografia e Língua Portuguesa. Tais projetos contribuem para que todos recebam conhecimentos sobre Educação Financeira, possibilitando aprendizado para os estudantes sobre suas finanças desde os anos iniciais e compartilhem seus conhecimentos com a família e os adultos com os quais convivem, contribuindo para uma vivência cidadã mais consciente.

Além dessa iniciativa, outros projetos foram lançados. Destacam-se o “Aprender Valor” que é um programa do Banco Central que oferece recursos e materiais educativos para professores e escolas implementarem a Educação Financeira em sala de aula, com foco no ensino fundamental. E, a “Semana Nacional de Educação Financeira”, esse foi um Fórum Nacional de Educação Financeira, trata-se de um evento anual que promove atividades e discussões sobre esse assunto em diversos níveis, desde a infância até a vida adulta, com o intuito de preparar a população para um futuro financeiramente mais consciente.

Ainda nesse contexto, podemos apontar a Olimpíada Brasileira de Educação Financeira (OBEPF), que é um projeto iniciado em 2021 de Educação Financeira nas escolas, desenvolvido pela Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó (Felcs) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), está transformando o pensamento de crianças e adolescentes em lidar com dinheiro. É uma competição que avalia o letramento financeiro de estudantes do Ensino Fundamental e Médio, incentivando o estudo e a aplicação dos conhecimentos sobre finanças.

Nessa seção, apresentamos uma síntese de exemplos de Projetos e Programas que tratam sobre a Educação Financeira, tanto no Brasil como em Portugal. De certo modo, percebemos a preocupação dos governos desses países em preparar os cidadãos para tomar decisões financeiras conscientes ao longo da vida, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

## Aspectos da literacia financeira em Portugal

Os esforços para integrar a literacia financeira no currículo escolar português têm avançado de forma significativa, impulsionados pelo Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF).

Segundo o Banco de Portugal (2023), no âmbito do Programa de Educação Financeira destinado às escolas, realizado em parceria com o Ministério da Educação e supervisores financeiros, foi promovida uma nova edição do curso de formação de professores, além da disponibilização de planos de aula intitulados "Todos Contam". Essas ações têm como objetivo apoiar os docentes na implementação de iniciativas de educação financeira no ambiente escolar (Banco de Portugal, 2023).

Assim, a inclusão de conteúdos relacionados às finanças nas escolas busca capacitar os jovens a tomarem decisões financeiras mais informadas e conscientes. Essa iniciativa ganha ainda mais relevância diante dos resultados do PISA (2022), que avaliou a literacia financeira dos estudantes portugueses. O PISA é realizado a cada três anos pela OCDE, mede o desempenho de estudantes em leitura, matemática e ciências. Além de avaliar o conhecimento adquirido, ele também analisa a capacidade dos alunos de aplicar esse conhecimento em situações cotidianas (OCDE, 2023).

O PISA (2022) avalia competências como resolução de problemas complexos, pensamento crítico e comunicação eficaz. Essas informações oferecem uma visão sobre o quão bem os sistemas educacionais preparam os estudantes para os desafios da vida real e para o sucesso futuro.

No que diz respeito à literacia financeira, os resultados do PISA (2022) indicaram que os estudantes portugueses obtiveram uma pontuação de 494 pontos, ligeiramente abaixo da média de 498 pontos dos 20 países participantes da OCDE. Além disso, esse resultado representa uma diminuição significativa de 11 pontos em relação ao primeiro ano de participação de Portugal, em 2018. (DGE, 2024)

A avaliação pelo PISA é fundamental para compreender as competências essenciais para a vida adulta, incluindo a literacia financeira. Ao fornecer dados comparativos internacionais, permite que os países identifiquem seus pontos fortes e áreas que precisam de melhorias, contribuindo para a formulação de políticas públicas voltadas à elevação da qualidade e da equidade na educação.

Diante desses dados, fica evidente a importância de fortalecer as ações de Educação Financeira nas escolas portuguesas. Investir na formação de professores e na implementação de conteúdos específicos pode ajudar a melhorar os resultados futuros e preparar melhor os jovens para os desafios econômicos da vida adulta. Assim, a integração efetiva da literacia financeira no currículo é um passo fundamental para promover uma sociedade mais informada, responsável e capaz de tomar decisões financeiras conscientes, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país.

### **Contribuição do PISA (2022) para o fortalecimento da Educação Financeira na formação de jovens brasileiros**

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), “o PISA avalia em que medida os jovens de 15 anos adquiriram conhecimentos e habilidades essenciais para participar plenamente da sociedade atual” (INEP, 2023, p. 1).

O PISA, desenvolvido pela OCDE, é uma pesquisa internacional aplicada a estudantes de 15 anos, com o objetivo de verificar o nível de domínio de competências consideradas essenciais para a vida adulta. Em sua edição de 2022, o PISA avaliou, pela quarta vez, a alfabetização financeira, retomando esse eixo temático após as edições de 2012, 2015 e 2018. O Brasil participou especificamente das avaliações de 2015 e 2018.

Essa avaliação permite aferir os conhecimentos e habilidades dos estudantes relacionados ao uso consciente do dinheiro, além de examinar atitudes, comportamentos e experiências associadas à gestão financeira. Os dados também revelam os contextos nos quais os estudantes aprendem sobre finanças, sejam eles formais ou informais. Considerando que muitos adolescentes já utilizam contas bancárias, realizam transações online ou recebem remuneração por atividades esporádicas, torna-se essencial compreender o quanto estão preparados para tomar decisões financeiras adequadas (OCDE, 2023).

Nesse contexto, os resultados do PISA representam uma fonte estratégica de informações para o aprimoramento das políticas públicas educacionais no Brasil, especialmente no que diz respeito à implementação da BNCC. Ao identificar fragilidades específicas, como a baixa proficiência em alfabetização financeira, é possível direcionar ações pedagógicas mais assertivas. A integração entre os resultados do PISA e as

diretrizes da BNCC permite o desenvolvimento de práticas educativas que estimulem a reflexão crítica, a responsabilidade e a autonomia financeira dos jovens.

A análise dos dados do PISA, em articulação com os princípios da BNCC, reforça a necessidade de consolidar a Educação Financeira como componente estruturante da formação básica. Investir em práticas pedagógicas que promovam o letramento financeiro é um passo fundamental para preparar os estudantes para os desafios do século XXI, contribuindo para o exercício da cidadania, a inclusão social e a construção de uma sociedade economicamente mais consciente e equilibrada.

### **Reflexões sobre a literacia financeira e as estratégias educacionais no Brasil e em Portugal no PISA (2022)**

A análise comparativa entre Brasil e Portugal, com base nos dados do PISA (2022), permite observar tanto convergências quanto divergências nos níveis de literacia financeira e nas estratégias educacionais adotadas por cada país. Essa abordagem não apenas evidencia os pontos fortes e fragilidades de ambos os sistemas, como também possibilita a construção de aprendizados mútuos, com vistas ao fortalecimento de práticas pedagógicas e políticas públicas voltadas à Educação Financeira.

Tanto o Brasil quanto Portugal compartilham a influência direta da OCDE, que tem incentivado a inclusão da Educação Financeira nos currículos escolares e a formulação de estratégias nacionais para elevar os níveis de literacia financeira entre os jovens. Ainda assim, as políticas educacionais e os contextos socioeconômicos distintos contribuem para diferenças significativas no desempenho dos estudantes em ambos os países.

Na edição de 2022 do PISA, a avaliação de literacia financeira contou com a participação de 20 países e economias: Comunidade Flamenga da Bélgica, Dinamarca, Províncias do Canadá, Países Baixos, República Checa, Áustria, Polônia, Estados Unidos da América, Portugal, Hungria, Noruega, Espanha, Itália, Emirados Árabes Unidos, Bulgária, Peru, Costa Rica, Brasil, Arábia Saudita e Malásia (OCDE, 2023).

Portugal obteve uma pontuação média de 494 pontos, posicionando-se próximo da média da OCDE, fixada em 498 pontos, e ocupando a 9.<sup>a</sup> colocação entre os participantes. Segundo relatório do Instituto de Avaliação Educativa (IAVE), “Portugal encontra-se ligeiramente abaixo dos países com maior desempenho em literacia

financeira, mas alinhado à média da OCDE” (IAVE, 2023, p. 12). O IAVE, vinculado ao Ministério da Educação de Portugal, atua no desenvolvimento, gestão e monitoramento de instrumentos de avaliação, sendo responsável por exames nacionais e por representar o país em avaliações internacionais, como o próprio PISA.

Em contraste, o Brasil obteve uma média de 416 pontos, situando-se significativamente abaixo da média da OCDE. De acordo com a OCDE (2023, p.2), “45% dos estudantes brasileiros não alcançam o nível básico de proficiência (Nível 2) em literacia financeira, em comparação com 18% na média dos países da OCDE”. Tal dado evidencia os desafios enfrentados pelo sistema educacional brasileiro na promoção de uma formação financeira adequada.

É importante destacar que a média da OCDE no PISA (2022) não é uma média aritmética simples das pontuações nacionais, mas sim uma média ponderada, calculada com base na representatividade amostral de cada país, no número de estudantes participantes e em ajustes estatísticos. Isso significa que países com maiores populações estudantis ou com maior peso na amostra exercem influência proporcionalmente maior no cálculo final (OCDE, 2023).

A comparação entre os desempenhos de Brasil e Portugal na avaliação de literacia financeira do PISA (2022) revela não apenas discrepâncias quantitativas, mas, sobretudo, qualitativas nas estratégias educacionais adotadas. Enquanto Portugal demonstra maior alinhamento com os padrões da OCDE, o Brasil ainda enfrenta obstáculos estruturais que comprometem o desenvolvimento de competências financeiras entre os jovens. Assim, o intercâmbio de práticas bem-sucedidas e o fortalecimento de políticas públicas específicas, ancoradas nos dados internacionais, podem favorecer a construção de uma Educação Financeira mais efetiva e equitativa nos dois contextos.

### **Uma análise comparativa a partir dos dados do PISA (2022) sobre a literacia financeira no Brasil e em Portugal**

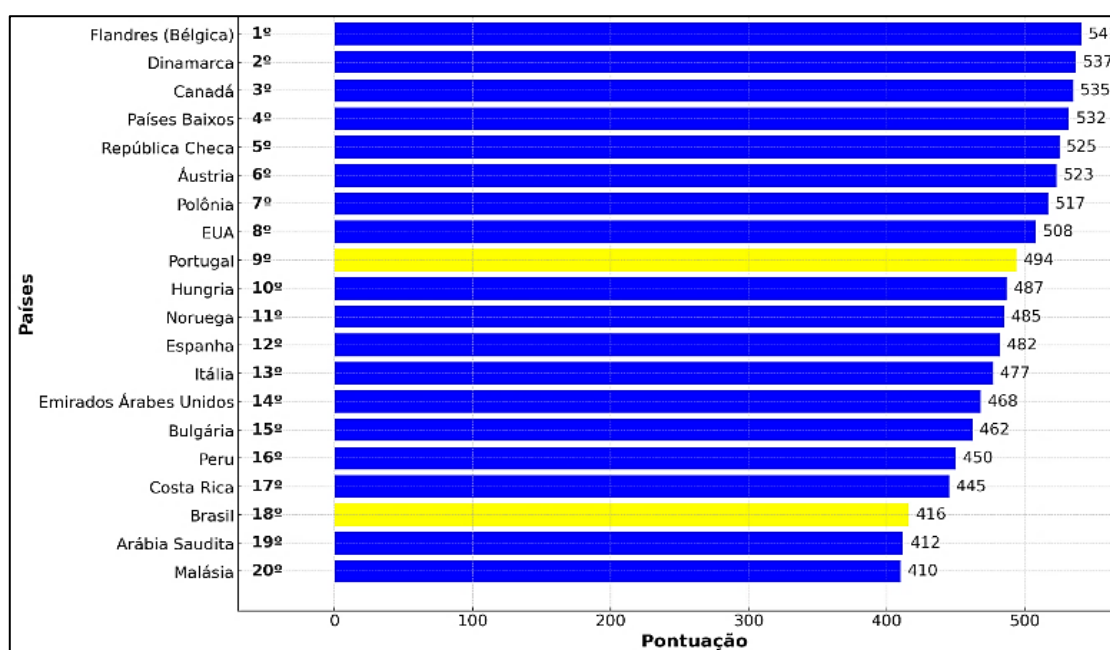
Os resultados do PISA (2022) revelam importantes contrastes entre Brasil e Portugal em relação à literacia financeira. No caso brasileiro, o INEP) informa que “os resultados médios de 2022 permaneceram praticamente inalterados em relação a 2018 nas áreas de matemática, leitura e ciências” (INEP, 2023, p. 7). Desde 2009, os desempenhos

brasileiros têm se mantido estáveis, com flutuações estatisticamente irrelevantes (INEP, 2023).

Portugal, por sua vez, obteve 494 pontos em literacia financeira, ligeiramente abaixo da média da OCDE (498), enquanto o Brasil registrou 416 pontos, situando-se nas últimas posições do ranking (OCDE, 2023). Esses dados refletem não apenas diferenças educacionais, mas também estruturais. Portugal tem adotado estratégias consistentes, como a Estratégia Nacional de Literacia Financeira Digital, que visa “capacitar a população portuguesa para a utilização segura dos serviços financeiros digitais” (OCDE, 2023, p. 3). Apesar disso, o país ainda enfrenta barreiras entre os grupos populacionais mais vulneráveis (OCDE, 2018).

Esses dados ressaltam a importância de investimentos contínuos em programas de educação financeira, alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a fim de promover maior equidade e preparo dos jovens para a vida adulta e suas responsabilidades econômicas.

**Gráfico 1:** Desempenho dos países na literacia financeira – PISA 2022



Fonte: PISA 2022

Portugal tem se destacado em literacia financeira, implementando estratégias para capacitar sua população no uso seguro de serviços financeiros digitais e reduzir a exclusão financeira. A Estratégia de Literacia Financeira Digital para Portugal visa "capacitar a

população portuguesa para a utilização segura dos serviços financeiros digitais e contribuir para a redução da exclusão financeira digital" (OCDE, 2023, p. 3).

No Brasil, os desafios são mais amplos. A OCDE observa que “as políticas e serviços públicos [...] são cada vez mais formulados e prestados por meio de diferentes níveis de governo, criando desafios de coordenação e governança” (OCDE, 2020, p. 3). Nesse contexto, a educação financeira torna-se ainda mais relevante, sendo valorizada pela BNCC, que propõe o desenvolvimento de competências para o exercício consciente da cidadania.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Portugal ocupa a 38ª posição no ranking global de IDH, com índice de 0,864, enquanto o Brasil aparece na 84ª colocação, com 0,765 (PNUD, 2020). Esses dados indicam contextos distintos de desenvolvimento humano, refletindo-se também nos resultados do PISA.

A alfabetização financeira está fortemente relacionada ao desempenho em matemática e leitura. No Brasil, 77% do desempenho em educação financeira pode ser explicado por essas duas áreas, e os estudantes brasileiros obtiveram, em média, cinco pontos acima do esperado, considerando seu desempenho prévio (OCDE, 2023). Em Portugal, embora essa diferença não tenha sido estatisticamente significativa, também houve um desempenho ligeiramente superior ao previsto.

A interação familiar sobre questões financeiras apresenta impacto relevante. No Brasil, 76% dos estudantes afirmaram conversar com os pais ao menos uma vez por mês sobre decisões de gastos, resultando em um acréscimo de 23 pontos no desempenho em literacia financeira - acima da média da OCDE, que é de 12 pontos (OCDE, 2023).

Apesar disso, apenas 67% dos estudantes brasileiros relataram ter autonomia para decidir sobre seus próprios gastos, em contraste com os 83% da média da OCDE, o que implica em um ganho de apenas 11 pontos - bem inferior aos 30 pontos observados nos demais países (OCDE, 2023).

Em Portugal, ainda que o acesso a produtos financeiros seja mais limitado - com 38% dos estudantes possuindo conta bancária e 27% utilizando cartão de débito ou crédito, abaixo das médias da OCDE (63% e 62%) - os níveis de confiança dos jovens são altos. Segundo o portal Cliente Bancário (2024), 86% dos jovens portugueses se consideram capazes de gerir bem o próprio dinheiro, mesmo entre aqueles com pior desempenho.

Projetos como o MoneyLab têm contribuído para essa formação, oferecendo atividades voltadas para diferentes faixas etárias, inclusive em ambiente escolar (MoneyLab, 2024). A autoconfiança dos estudantes portugueses parece, portanto, compensar parcialmente o acesso restrito a ferramentas financeiras, o que revela um cenário educacional mais equilibrado, ainda que passível de melhorias.

No PISA (2022), cerca de 98 mil estudantes participaram da avaliação de literacia financeira, representando 9,5 milhões de jovens de 15 anos. No Brasil, foram avaliados 6.477 estudantes (equivalente a 2,29 milhões de alunos); em Portugal, 4.075 estudantes participaram, resultando em uma posição intermediária no ranking geral (OCDE, 2023).

Esses dados evidenciam a importância de políticas públicas voltadas à educação financeira, com foco em equidade e formação cidadã. No caso brasileiro, destaca-se a urgência em fortalecer o vínculo entre família e escola, ampliar o acesso aos serviços financeiros e reduzir as desigualdades educacionais. Em Portugal, os desafios residem na consolidação de estratégias que promovam maior inclusão e desempenho entre os estudantes mais vulneráveis.

A análise comparativa entre Brasil e Portugal, a partir dos dados do PISA (2022), revela diferentes estágios de desenvolvimento em Educação Financeira, diretamente associados ao contexto socioeconômico e às políticas educacionais adotadas. Embora ambos os países reconheçam a importância da alfabetização financeira, os caminhos trilhados ainda refletem desigualdades significativas. Para que a Educação Financeira se consolide como instrumento de cidadania e inclusão, é necessário o fortalecimento de políticas integradas, que articulem escola, família e Estado. O Brasil precisa avançar na equidade e no acesso a instrumentos formais de finanças; Portugal, por sua vez, deve ampliar o alcance de suas boas práticas, garantindo qualidade e efetividade para todos os estudantes.

### **Considerações finais**

Este estudo analisou como Brasil e Portugal têm abordado a Educação Financeira a partir de suas políticas públicas e dos resultados obtidos na avaliação do PISA (2022). A comparação entre os dois países evidenciou trajetórias distintas, mas convergentes quanto ao reconhecimento da importância de desenvolver, desde os anos escolares,

competências que favoreçam a tomada de decisões financeiras conscientes, responsáveis e sustentáveis.

Embora Portugal apresente resultados mais alinhados às médias da OCDE, demonstrando avanços na inclusão da Educação Financeira no currículo e em programas formativos, ainda enfrenta desafios no que tange à equidade de desempenho entre seus estudantes. No Brasil, os dados indicam fragilidades mais evidentes, especialmente no que se refere ao número expressivo de alunos que não atingem o nível básico de proficiência financeira. No entanto, identificam-se também aspectos promissores, como a influência positiva da autonomia estudantil e da participação familiar nas decisões financeiras, fatores que se correlacionam com desempenhos mais elevados.

A partir das evidências analisadas, torna-se evidente que investir em Educação Financeira não se restringe ao domínio de conteúdos matemáticos ou à mera transmissão de informações sobre consumo e poupança. Trata-se de uma ação estruturante, com impacto direto na formação cidadã, na redução das desigualdades sociais e na promoção do bem-estar coletivo. A alfabetização financeira deve ser concebida como um direito e uma necessidade contemporânea, especialmente em contextos marcados por complexidade econômica, acesso desigual à informação e ampla oferta de serviços financeiros.

Dessa forma, o fortalecimento de políticas públicas voltadas à Educação Financeira, articuladas aos currículos escolares e às realidades socioculturais dos estudantes, é condição essencial para a construção de uma sociedade mais crítica, informada e financeiramente autônoma. Além disso, o compartilhamento de boas práticas entre países pode contribuir significativamente para a formulação de estratégias eficazes e contextualizadas.

Em síntese, os dados do PISA (2022) oferecem subsídios valiosos não apenas para o aprimoramento do ensino da Educação Financeira, mas também para a consolidação de políticas públicas mais efetivas, capazes de transformar o conhecimento em instrumento de inclusão, equidade e justiça social. O caminho ainda é longo, mas a compreensão da Educação Financeira como parte indissociável da formação humana é um passo decisivo para o futuro.

## Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resultados do Pisa de 2022**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/site/aprendervalor/NoticiaAprenderValor/100/noticia>. Acesso em: 28 dez. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Programa Aprender Valor**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/aprendervalor>. Acesso em: 28 dez. 2024.

BANCO DE PORTUGAL. **Portugal em linha com média da OCDE na avaliação do PISA sobre literacia financeira**. Lisboa: Banco de Portugal, 3 jul. 2024. Disponível em: <https://cliente bancario.bpportugal.pt/pt-pt/noticias/portugal-em-linha-com-media-da-ocde-na-avaliacao-do-pisa-sobre-literacia-financeira>. Acesso em: 3 ago. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório do inquérito à literacia financeira da população portuguesa**. Lisboa: Banco de Portugal, 2020. Disponível em: <https://cliente bancario.bpportugal.pt/pt-pt/publicacoes/relatorio-do-inquerito-literacia-financeira-da-populacao-portuguesa-2020>. Acesso em: 27 dez. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de atividades 2022: Plano Nacional de Formação Financeira**. Lisboa: Todos Contam – Plano Nacional de Formação Financeira, 2023. Disponível em: [https://www.todoscontam.pt/sites/default/files/2023-04/pnff\\_relatorioatividades2022.pdf](https://www.todoscontam.pt/sites/default/files/2023-04/pnff_relatorioatividades2022.pdf). Acesso em: 29 jul. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Instituto Nacional de Estatística. **Inquérito à situação financeira das famílias 2020**. Lisboa: Banco de Portugal, 2020. Disponível em: [https://www.bpportugal.pt/sites/default/files/isff2020\\_pt.pdf](https://www.bpportugal.pt/sites/default/files/isff2020_pt.pdf). Acesso em: 1 jan. 2025.

CARMO, Jean Carlo Francis Wanderley Graciano do; TINTI, Douglas da Silva. **Fortalecendo a Literacia Financeira: abordagem da Educação Financeira Escolar por meio da Aprendizagem Baseada em Projetos**. *Educação Matemática Debate*, Montes Claros, v. 8, n. 15, p. 1–18, ago. 2024. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/382811142\\_Fortalecendo\\_a\\_Literacia\\_Financeira\\_abordagem\\_da\\_Educacao\\_Financeira\\_Escolar\\_por\\_meio\\_da\\_Aprendizagem\\_Baseada\\_em\\_Projetos](https://www.researchgate.net/publication/382811142_Fortalecendo_a_Literacia_Financeira_abordagem_da_Educacao_Financeira_Escolar_por_meio_da_Aprendizagem_Baseada_em_Projetos). Acesso em: 14 ago. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE SUPERVISORES FINANCEIROS (CNSF). **Plano Nacional de Formação Financeira: lançar projeto de cidadania financeira em Portugal**. Lisboa: CNSF, 2011. Disponível em: <https://www.cnsf.com.pt/pnff>. Acesso em: 16 jul. 2025.

DIREÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO (Portugal). **Investir na educação para a literacia financeira em Portugal**. Lisboa: DGE, 2024. Disponível em: <https://cidadania.dge.mec.pt/literacia-financeira-e-educacao-para-o-consumo/noticias-e-eventos/investir-na-educacao-para>. Acesso em: 29 jul. 2025.

DUARTE, Liliana Sofia Marques. A literacia financeira no sistema educativo português. 2018. Dissertação (Mestrado em Economia Monetária e Financeira) — ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2018. Disponível em: <https://www.iscte-iul.pt/tese/8292?utm> Acesso em: 14 ago. 2025.

ESCOBAR, L. C. **Educação financeira como estratégia para expansão do mercado de seguros no Brasil**. *Revista Lumen et Virtus*, São José dos Pinhais, v. 16, n. 46, p. 1-15, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/LEV/article/view/5168/7296>. Acesso em: 14 ago. 2025.

GIORDANO, C. C.; ASSIS, M. R. da S.; COUTINHO, C. de Q. e S. A Educação Financeira e a Base Nacional Comum Curricular. **Revista Brasileira de Educação Matemática**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 1–18, 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/337926614\\_A\\_Educacao\\_Financeira\\_e\\_a\\_Base\\_Nacional\\_Comum\\_Curricular](https://www.researchgate.net/publication/337926614_A_Educacao_Financeira_e_a_Base_Nacional_Comum_Curricular). Acesso em: 14 ago. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). Nota sobre o Brasil no PISA 2022. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/acoes\\_internacionais/pisa/resultados/2022/pisa\\_2022\\_brazil\\_prt.pdf](https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2022/pisa_2022_brazil_prt.pdf). Acesso em: 28 dez. 2024.

INSTITUTO DE AVALIAÇÃO EDUCATIVA (IAVE). **Resultados do PISA 2022 em literacia financeira**. Lisboa: IAVE, 2024. Disponível em: [https://iave.pt/wp-content/uploads/2024/06/Brochura\\_Literacia-financeiraPISA2022.pdf](https://iave.pt/wp-content/uploads/2024/06/Brochura_Literacia-financeiraPISA2022.pdf). Acesso em: 28 dez. 2024.

KITEMANN JR. Marco Aurélio; GIORDANO, Cassio Cristiano; SOUZA, Fabiano dos Santos. **Pensamento Financeiro e Letramento Estatístico: teorizações iniciais, os e possibilidades**. *Tangram*, v. 6, n. 1, p. 162-184, 2023.

MAIS LIBERDADE. *PISA – Resultados da literacia financeira*. Lisboa: Mais Liberdade, 2024. Disponível em: <https://www.maisliberdade.pt/maisfactos/pisa-resultados-literacia-financeira>. Acesso em: 3 ago. 2025.

MOTA, Thais Regina Carvalho; GATTO, Vanessa Cristhina; MEDEIROS, André Luiz. *Alfabetização financeira entre estudantes do ensino superior tecnológico: análise dos níveis e perfis sociodemográficos*. *Revista Economia & Gestão*, Belo Horizonte, v. 23, n. 65, p. 196–212, 2023. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/economiaegestao/article/view/28670/21567>. Acesso em: 14 ago. 2025.

MONEYLAB. **Literacia financeira dos jovens portugueses: elevada confiança, mas piores resultados**. Lisboa: Moneylab, 27 jun. 2024. Disponível em: <https://moneylab.pt/2024/06/27/literacia-financeira-dos-jovens-portugueses-elevada-confianca-mas-piores-resultados>. Acesso em: 3 ago. 2025.

OCDE. **Estratégia de literacia financeira digital para Portugal**. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: [https://www.oecd.org/pt/publications/estrategia-de-literacia-financeira-digital-para-portugal\\_f4c114c5-pt.html](https://www.oecd.org/pt/publications/estrategia-de-literacia-financeira-digital-para-portugal_f4c114c5-pt.html). Acesso em: 28 dez. 2024.

OCDE. **PISA 2022 Results: Volume IV – Factsheets: Brazil**. Paris: OECD Publishing, 2024. Disponível em: [https://www.oecd.org/en/publications/pisa-2022-results-volume-iv-factsheets\\_34d60137-en/brazil\\_1c815ef9-en.html](https://www.oecd.org/en/publications/pisa-2022-results-volume-iv-factsheets_34d60137-en/brazil_1c815ef9-en.html). Acesso em: 29 jul. 2025.

OCDE. **Recomendação do Conselho sobre alfabetização financeira**. Paris: OECD Publishing, 2018. Disponível em: <https://legalinstruments.oecd.org/api/download/?uri=%2Fpublic%2F3fa1d4e1-e147-46f4-83bc-d9d6615e066d.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2024.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório do desenvolvimento humano 2020: a próxima fronteira – desenvolvimento humano e o Antropoceno**. Nova Iorque: PNUD, 2020. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2020pt.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN). **Projeto da FELCS incentiva educação financeira em escolas do ensino básico**. Natal: UFRN, 2021. Disponível em: <https://www.ufrn.br/imprensa/noticias/88336/projeto-da-felcs-incentiva-educacao-financeira-em-escolas-do-ensino-basico>. Acesso em: 28 dez. 2024.